

DEPOIS DA GUERRA

Portugal entrou mal na guerra, e saiu dela peor. Pelo que se vê, e pelo que se está sentindo, é isto o que se sabe, mas só isto. A verdadeira realidade é completamente ignorada. O país desconhece a quanto se eleva, ou a quanto desceu o património nacional. A nossa intervenção no formidável prélio foi um segredo de Estado, e segredo de Estado continua a ser. Diz-se que o Livro branco tudo elucidará, e que o mistério da guerra sairá desvendado da claridade das suas páginas. Tem-se dito também que esse livro está escrito, mas é como se não estivesse, parecendo que sobre ele peçam os sete selos do Apocalipse. Tudo está demonstrando medo de o abrir, não se vá talvez deparar, em vez do fruto da vitória, e da paga do imenso sacrifício, com o *poço do abismo*, contado pelo evangelista naquele estranho livro bíblico.

Vem agora de ser lida ao Congresso a declaração ministerial sobre o Tratado da paz, mas não são de bom agouro as reticências diplomáticas postas nesse documento, com visível propósito de encobrir funestas realidades, e acaso de suprir alegremente as revelações, calculadamente omitidas, do inédito Livro. Antes da guerra era má a nossa economia, e más eram as nossas finanças. Depois dela são péssimas as finanças, e péssima a nossa economia. Da paz, se ao que está passando se pode chamar paz, foi só este o fruto colhido. Temos a nossa economia perturbada, e as nossas finanças talvez irremediavelmente desconjuntadas. Economicamente agigantou-se o nosso *deficit* comercial, e mais que triplicou o custo da vida. Financeiramente temos despesas públicas duas vezes maiores do que as receitas, e uma dívida nova que não poderá ser inferior a 700 mil contos. Nada se sabendo ao certo, e tendo-se guardado segredo de tudo, são estes números por ora conjecturais, mas talvez se deva desejar que neles se fique, podendo ser que do apuramento das diversas parcelas resulte mais avultada sôma.

Sejamos pois optimistas, e acreditemos antes na possibili-

dade dêsse mínimo de desgraças do que nas probabilidades da derrocada máxima. Não faltam, porém, mesmo nessa melhor hipótese, motivos para cuidados e apreensões. Deficit comercial, carestia da vida, crescente desequilíbrio orçamental, portentosa dívida pública, são perigos que é forçoso conjurar sob pena de morte nacional. São de ordem económica os primeiros, de ordem financeira os segundos, não se tendo encontrado remédio para nenhum dêles, senão em notas do banco, e mais notas do banco. Desfolham-se por isso notas pródigamente, e às resmas de papel outras notas continuam a ser desfolhadas. Por mais que se rebusque nos limbos dos nossos recursos financeiros, só a nota se encontra, fácil, pronta, e sempre à ordem. Não temos outro meio de saldar os compromissos tomados, nem os que se vão tomando com espantosa imprevidência, senão êsse dócil instrumento da nossa avariada finança. A fatalidade das cousas, e a cegueira dos homens, meteram o paiz dentro de um apertado e doloroso dilema, sem fenda por onde se saía. Mais notas do banco, ou a banca-rôta, eis a sombria questão.

Linhas acima, escrevendo dos males que mais affligem a vida portugüesa, pusémos à frente o *deficit* comercial. Dêles derivam com efeito todos os outros males. É sua necessária consequência a carestia da vida, e tem sido também o *deficit* comercial um dos maiores factores do desequilíbrio dos nossos orçamentos, e consequentemente da nossa dívida pública, que nêle tem a sua origem, obrigando a nação aos mais gravosos câmbios. É pois o *deficit* comercial o grande inimigo a combater, indo-se pelo trabalho à conquista de uma independência económica, que permita fazer do nosso paiz um todo, bastando-se a si mesmo. Trabalhar mais, produzir mais, são mandamentos de um decálogo político e económico, ditado por êsta guerra, que dolorosamente nos fez compreender o perigo que corre um paiz, quando a agricultura nacional não sustenta a população. São também essas em toda a parte do mundo, agora experimentado pelas provações da guerra, as tábuas de uma nova lei. Sabe-se que por uma transacção com as classes operárias, alucinadas pelas peripécias da guerra, se fez uma convenção sôbre o tempo de trabalho, mas essa convenção, a que se chama no referido documento, talvez em lisongeira homenagem às multidões reclamantes, a mais importante das convenções, está sendo em toda a parte compensada, e até de acôrdo com o próprio operariado, por maneira a não prejudicar o êxito dessa realidade necessária, que é o aumento da produção.

Infelizmente, é às avéssas que tudo aqui se faz, demonstrando todos, governantes e governados, a mais errada concepção da vida, e o mais lamentável desconhecimento do meio em que todos se debatem. Sendo o remédio para a carestia das subsistências, de que o operariado tanto se lamenta, mais trabalho e maior produção, êsse operariado reclama a redução do tempo do trabalho, e o govêrno deferiu-lhe a reclamação com o decreto das 8 horas. Nem o operariado mediu o alcance do pedido, nem tampouco o govêrno soube o que concedeu. Foi mais um traçado em linha recta para a fome, e para a desordem. Não aproveita a ninguém o suposto benefício. Sendo socialmente um desastre trazido ao país pela diminuição das fôrças produtivas, justamente na urgência da criação de riquezas novas, é também inútil individualmente. Não serve o operariado nem física nem moralmente. Encarecendo as subsistências pela diminuição das horas de trabalho, aumento de salários e grêves correspondentes, cada vez lhe dá menos o que ganha para o que precisa. Moralmente é ainda peor. Nem a educação, nem os costumes, nem a vontade, nem as posses, permitem ao nosso operário a inscrição, no rol das suas despesas, de quaisquer verbas para livros, jornais, viagens, conforto doméstico, e quotas a sociedades de instrução ou recreio, como fazem os operários de outras nações, principalmente os americanos, que são por isso, materialmente, moralmente e intelectualmente, superiores a todos.

Por tudo isto, faltando ao operário português os meios de se instruir e recrear, e sendo muitas vezes analfabeto, ou mal e erradamente instruído, o que ainda é peor, não tem a alegria da vida, que antes lhe é azedada por leituras que lhe lisongeiavam as paixões, mas que lhe pervertem o espírito, inclinando-o para o mal, dispondo-o para o ódio, e fazendo dêle um revoltado e um perpétuo descontente, a quem puzeram no lugar do seu antigo e despreocupado bucolismo domingueiro, e sob a forma mais anarquizada e subversiva, as agitações, tantas vezes incompreendidas, da questão social. Êste meio falso e pervertido não foi, em toda a sua hediondez, originado pela guerra, mas foi por ella terrivelmente agravado, e não é dentro de uma atmosfera, por tantos modos viciada, que se pode organizar a produção nacional, como tudo manda que se faça, e que é hoje o primacial problema imposto ao país pela grande fôrça da necessidade.



Desenvolver as forças produtivas pela valorização das riquezas, intensificar a formação de novos capitais pelo aumento da produção e por severas economias, não só nas despesas públicas mas também nas particulares, são condições indispensáveis à solução deste problema. Ao revés do aconselhado é comtudo por maneira oposta que se está praticando nesta terra, onde principalmente se cultiva a utopia social e o descanso individual. Nem produção nem economia, quer públicas, quer particulares. As despesas públicas triplicaram. No último orçamento antes da guerra inscreveram-se 73 mil contos. No primeiro depois dela estão inscritos 222 mil. Este aumento de 149 mil contos não será devido inteiramente à guerra, mas são despesas provenientes dela, ou feitas a seu pretexto, abusivamente muitas vezes, o que foi sem dúvida peor. As despesas particulares não cresceram em menor proporção. Da guerra derivou uma nova repartição das riquezas. Deslocou-se o eixo do mundo dos negócios, e desequilibradas as fortunas, treparam umas e afundam-se outras, tendo sofrido principalmente as classes médias, menos propensas à especulação e à aventura.

Ganhou quem tinha para vender, mas como o número dos que têm para vender é naturalmente muito limitado, e o delírio das riquezas, estimulado pelo exemplo dos adventícios da fortuna, tem assaltado toda a gente, inventaram-se motivos para venda, e jogou-se. Jogou-se no comércio, jogou-se na Bolsa, e como na Bolsa se compra e vende a praso, houve logares à farta na grande meza, e o banquete pareceu ilimitado. Com bom apetite, e aberta para todos a cosinha de Gargantua, os concorrentes à fortuna formaram legião. Por isso nunca a rua dos Capelistas, a nossa Lombard-Street, esteve tão concorrida. Enxameiam nessa Avenida da Bolsa os pretendentes à fortuna sem trabalho. Criaram-se uns novos *mississipianos*. Era este o nome que se dava em França, no tempo da Regência, aos especuladores feitos de repente milionários numas saturnais de Bolsa, então liquidadas com grande estrondo, e agora alegremente arremedadas no nosso país, com menor grandeza, mas não com menos sôfreguidão. Temos pois os nossos *mississipianos*.

Subitamente, quem não tinha na véspera o valor de um escudo passou a efectuar compras ou vendas de dezenas ou

centenas de contos. As munificências bancárias, ajudando a especulação, proporcionam a todos a instrumentalidade do capital. Póde-se ganhar muito sem nenhum trabalho, sem ter nada, e até sem risco, comtanto que se ponham cautelosamente às ambições os limites do Código Penal. Dentro desses limites tudo é permitido, tudo é honesto, e por tal maneira que o próprio Gaudissart de Balzac gozaria aqui, ao lado dos seus pares, do conceito de sério e honrado mercador. Jogando-se no comércio, jogando-se na Bolsa, jogando-se por todas as maneiras, ganha-se muito, e dinheiro ganho depressa e sem esforço conduz à prodigalidade. E o que está acontecendo. Sem a criação de riquezas novas, mas acrescentadas artificialmente as disponibilidades, ou porventura tiradas do nada, gasta-se à larga, e deste modo vai aumentando a procura dos consumos, ao passo que se apouca a oferta dos produtos, reduzidos pela diminuição do trabalho produtivo. É a solução errada do problema agora oferecido com a maior urgência à consideração do país. Pede-se-lhe mais trabalho e maior produção, e responde-se-lhe com menos trabalho e menor produção, legalizada a resposta com a sanção dos governos, que sendo geralmente pouco rigorosos no cumprimento das leis, estão excepcionalmente vigiando com o mais apurado zelo a observância do descanso, como se ao país mais conviesse a suspensão do que o aumento de trabalho.

Vem a propósito lembrar que um economista, dado a minuciosas investigações, avaliou em 2 francos o valor de cada hora de trabalho do operário europeu. Não tem esta informação o exacto significado que lhe atribue Novicow, mas vale como expressão de quanto pode influir na produção nacional a diminuição das horas de trabalho, mesmo depois de reduzida à nossa diminuta média a média europeia. Temos de casa, e da actualidade, um exemplo. É o da Companhia dos caminhos de ferro. Tendo derivado da lei das 8 horas de trabalho uma produção menor de serviços, foi necessário aumentar o pessoal, ou pagar pelo dôbro todas as horas suplementares. Está calculada essa despesa em mais de mil contos anuais, e como este excedente tem de sair do preço dos transportes, está-se a ver como o custo da vida, que é o ponto central da questão económica, virá a ser cada vez mais dolorosamente influenciado por esse aumento. Nos caminhos de ferro do Estado será a mesma cousa, ou peor, e em todos os outros serviços, quer públicos, quer particulares, também não será melhor, e tudo com repercussão certa no custo da vida.

A este motivo de baixa na produção, determinado por

menos tempo de trabalho, acresce a diminuta intensidade nos serviços, quasi minima entre nós, muito do gôsto dos povos meridionais, e com tendências a alastrar em toda a Europa, agora mais inclinada a agitar do que a produzir. Não se pode por isso estranhar que o presidente de um banco norte-americano, o *National City Bank*, tendo vindo recentemente ao Ocidente europeu com o fim de empregar capitais em diversas indústrias, tivesse regressado ao seu país sem nada ter feito, e dizendo que neste velho mundo nada de útil se pode fazer por aqui se não trabalhar. E assim que a América está sendo a grande crédora desta Europa, cada vez mais cara, e cada vez mais endividada. Esperava-se ingenuamente que depois da guerra barateassem as subsistências, e com esta ilusão se foram consolando as amarguras dos seus anos trágicos. Fez-se a paz, mas com ela só vieram desilusões e desenganos. De dia para dia os preços sobem. Está dito porquê. São os princípios da boa economia política pôstos em acção. Por um lado a diminuição das horas de trabalho, e a fraqueza da sua intensidade, reduzem a produção. Por outro lado os afortunados das várias tavolagens formam com as suas clientélas uma legião de vadios do capital, que se não furta a consumos e despesas, gastando desordenadamente. Não se confiando no futuro, que nos aparece carregado de sombras por qualquer lado que o observem, emprega-se tudo quanto se adquire, e por qualquer maneira, dispendendo bem ou mal, mas gozando enquanto é tempo. Dêste conflito entre a procura e a oferta provêm a actual situação do nosso pobre país, um dos mais caros da Europa, e sem dúvida aquele onde se vive uma vida mais artificial, de aspéctos mais enganosos, e de costumes mais anarquizados.

Trabalhando-se menos por índole e cumplicidade das leis, não só se produz menos, mas produz-se mais caro, tendo o salário de acompanhar, na sua ascensão, o custo da vida; e como por um lado os salarizados procuram naturalmente nas suas reivindicações obter uma remuneração superior à média dos mercados, e por outro lado tendem os patrões a exagerar os preços compensadores de maiores salários, vão essas diferenças encarecer excessivamente, e fóra de toda a proporção, os objectos de que carecem os consumidores. Daí provêm a cada aumento no preço das subsistências um motivo novo para se pedirem maiores salários, e nesse meio, para todos desfavorável, se continúa a agitar a questão das subsistências. Ninguém se deve por isso admirar do que está

passando. A alta dos preços e a alta dos salários actuam assim alternadamente como causa e efeito. É o círculo vicioso, de que tanto se está falando, mas donde se não sáe, e onde estamos pelo contrário cada vez mais envolvidos e enleados. Assim resulta sempre, da maneira como entre nós se apresenta e resolve o postulado dos salários, uma funesta combinação de menos trabalho, menos produção e maiores preços, sendo que a questão é sempre posta sob a forma de grêves. Durante alguns dias, algumas semanas ou alguns meses, suspende-se o trabalho, e passado esse período de descanso deferem-se as reclamações. É o costume. Do mesmo acto derivam simultâneamente perdas de trabalho, interrupção de productividade e subida de preços.

Dêste modo, contrário ao que deve ser, se está fazendo tudo. A solução do problema do *deficit* comercial, que é a origem primária da crise das subsistências, está cada vez mais comprometida pela maneira desastrada como a resolvem os governos, os patrões, os operários e os novos-ricos, não sendo êstes os que menos concorrem para êste estado de cousas em que o país se debate, mas em que quasi toda a gente parece alegremente comprazer-se. A aparição dêstes novos-ricos, que causam rizo a uns, indignação ou inveja a outros, não deve surpreender ninguém. São um produto das sociedades decadentes, viciosas e endinheiradas. Nas sátiras de Petrónio há retratos com que se parecem alguns dos nossos novos-ricos, e o caso do barbeiro de Juvenal está-se repetindo com freqüência neste nosso extravagante meio social. Gastando o que se adquire sem trabalho e sem esforço, jogando ou especulando, encarecem a vida e perturbam as relações sociais. Por isso os que se contentarem modestamente com as medianias de outros tempos, endividam-se e arruinam-se, e como nem todos se resignam a uma inferioridade que para alguns pode ser deprimente ou insuportável, cresce todos os dias o número dos que vão pedir à loteria da especulação ganhos suplementares. A bicha cresce. É grave êste convite à especulação, mas é peór o desafio ao proletariado. As quotidianas exigências dos operários, o programa revolucionário das suas reivindicações, a acuidade da questão social entre nós, não seriam cousas possíveis sem as provocantes ostentações dos novos-ricos. O espectáculo da ociosidade enriquecida estimula e legitima as ambições das classes trabalhadoras, que por mal guiadas e mal instruídas, prejudicam com impensadas exigências e processos contraproducentes a justiça da sua causa.

Tal é a sociedade que resulta, directa ou indirectamente, da guerra. É uma pobreza dourada. Vista de perto não ilude ninguém, mas o público, julgando mais com o sentimento do que com o raciocínio, não repara em que uma sociedade, onde predomina o egoísmo e a especulação, onde se fazem fortunas instantâneas, mas onde se não cria um escudo de riqueza nova, está sempre em estado de equilíbrio instável, que qualquer acidente pode derrubar. Estamos nesta situação, que a alguns preocupa, mas que traz muitos outros na mais ditosa bemaventurança. Dentro desta defeituosa sociedade, de exigências ilimitadas, com uma circulação fiduciária que também parece não ter fim, sem riqueza que corresponda à sua moeda, com preços nunca vistos nem imaginados, mas com manifesto interesse dos comerciantes e dos especuladores na sua conservação, perdida toda a noção dos deveres, destruído ou invertido o princípio das hierarquias, sem respeito a ninguém, e todos com uma lamentável inconsciência do meio social em que tudo gira, dentro de um tão complexo e contraditório estado de cousas, não se pode adivinhar a maneira de resolver os problemas de toda a ordem nascidos da guerra, e postos agora urgentemente pela paz.

*
* *

Tendo-nos obrigado a guerra a despesas extraordinárias, e não se dispondo de outros meios de pagamento além das notas do Banco, fizeram-se estupendas emissões. Antes da guerra não havia 100 mil contos de notas. Hoje há 400 mil. Não valem porém a terça parte em ouro. O mil-reis brasileiro e a piastra argentina, que não valiam metade da nossa moeda, entram agora com prémio em Portugal. Estamos no mundo com o primado da moeda fraca. Aquele excedente de circulação tem, numa parte, a sua origem em motivos da guerra, mas serve largamente, noutra parte, os interesses, nem sempre confessáveis, da especulação. Quando o limite das emissões está assim excedido, e em desproveito público, o remédio para tamanho mal é destruir todas as notas que entram nas caixas do Banco, até que a circulação volte às suas justas proporções, mas para isso seria necessário um empréstimo, ou um excedente de receitas no orçamento, que não ha nem haverá, sendo o dêste ano um formidável abismo financeiro, ao fundo do qual está pôsto a descoberto um *deficit* de 116 mil contos. O empréstimo está preconizado, mas para a sua

efectivação em boas condições falta uma condição essencial, que é a confiança do público. Suponhamos, porém, que se realiza esse empréstimo, destinado no todo, ou em parte, à queima de notas. Imediatamente resultaria um encargo mais para o Estado, que já não pode com os que tem. Substituiu-se uma taxa de $\frac{3}{8}$ por cento pela dívida do Banco, por outra de 5 ou 6 pelo novo empréstimo. Diz-se que essa perda havia de ter compensação nos câmbios e nos preços. Mas teria?

O Sr. Fernando Emídio da Silva, pontificando em assuntos económicos e financeiros com toda a sua autoridade de mestre, acredita na eficácia da queima das notas efectuada com o produto de um empréstimo. Perdoe-me o ilustre professor a minha dúvida. Nem todas as culpas são da circulação. Avilta-se o valor da nota pela sua superabundância, mas além da quantidade, são as desgraçadas circunstâncias da nossa vida política e económica que mais a desacreditam. Sabe-o bem aquele insigne economista e financeiro. O mau estado dos negócios, as relações deficitárias entre a produção e o consumo, a intranquilidade geral, o receio constante de complicações internas e externas, uma administração pública incorregível, uma economia desacreditada, tudo isso está aqui em porfiada concorrência para tirar valor à nota. Sem esses máus companheiros do nosso destino, havia de ver-se melhorado o nosso câmbio, e atenuada a diferença do preço das cousas, independentemente da queima das notas.

As necessidades da guerra obrigaram todos os países a grandes emissões fiduciárias. Em alguns desses países estão as circulações multiplicadas umas poucas de vezes, e não há talvez nenhum onde não estejam duplicadas ou triplicadas. Comtudo passaram os anos da guerra sem que as notas desses países sofressem depreciação sensível, e só agora começaram a sofrer desse mal a França e a Inglaterra, sustentando-se em todos os outros países, exceptuada a Itália, o valor das notas. É porque outras razões haverá de desvalorização além da inflação fiduciária. A desgraça da nota data do momento em que as mercadorias começam a ter dois preços, o preço em ouro e o preço em papel. A diferença entre esses dois preços é o câmbio, mas essa diferença não existe na maior parte dos países de circulação aumentada, e sómente se acentuou na França quando o balanço do seu comércio externo se fechou com um saldo contrário de 35 bilhões de francos, e na Inglaterra desde que os Estados-Unidos reduziram as suas exportações de dinheiro para a Europa, ao mesmo passo que sofria a influência das remessas efectua-

das pela via de Londres por conta das nações aliadas. Mostra-se assim desligada do volume das circulações a crise dos câmbios. Resulta principalmente do estado do comércio externo. É também o *deficit* comercial que está na raiz da nossa gravíssima crise cambial, e viu-se na primeira parte dêste artigo que é justamente para o contrário do que se precisa que mais se está trabalhando. Não se pode negar a influência que havia de ter na nossa economia uma amortização de notas, mas destruída essa causa passageira ficaria aquela causa permanente, que é sempre, e em toda a parte, a origem das crises cambiais. De resto, com as despesas a crescer, e sem outros meios de pagamento, além das notas do Banco, está-se a ver que as notas queimadas haviam de renascer, como a Fenix, das próprias cinzas, e que não tardaria a encontrar-se uma nova inflação fiduciária com o novo empréstimo destinado à queima das notas.

*
* *

A ilusão dos proveitos da guerra, com que em tempo se pretendeu cobrir o espantoso sacrificio da nossa intervenção armada, está desfeita. Não faltou quem dissesse e escrevesse que fômos para a guerra sem a isso termos sido forçados por obrigação ou por dever. Era verdade. Entrámos na guerra cegamente, sem a fácil previsão das más eventualidades futuras. São essas que nos estão agora a afligir. A paz, que devia ser a nossa recompensa, é para nós uma expiação. Expiamos um êrro, ou pelo menos uma leviandade. Demos antes êste nome ao desgraçado feito. Não se acautelou o país com os meios de pagar os encargos da formidável aventura dentro da sua capacidade tributária, nem tampouco se asseguraram os recursos externos que suprissem os que de casa nos viessem a faltar. O resultado foi o que se está vendo, uma penúria maior no tesouro, e uma desordem máxima na sociedade portuguesa. É agora preciso reconstruir o edificio social arruinado, mas será bem difficil edificar em chão tão pobre e tão movediço. Podem por isso servir de fêcho a êste escrito as mesmas palavras da sua abertura. O país entrou mal na guerra, e saiu dela peór.

ANSELMO DE ANDRADE.